UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Sophia Goebel Porto

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E SEUS DESAFIOS NO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Profa. Dra. Edilaine Albertino de Moraes.

Juiz de Fora
2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **SOPHIA GOEBEL PORTO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772078A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E SEUS DESAFIOS NO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, desenvolvido durante o período de ABRIL DE 2022 a JULHO DE 2022 sob a orientação de Profa. Dra. Edilaine Albertino de Moraes, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção cientifica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ___ de _____ de ____.

_____

Sophia Goebel Porto

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E SEUS DESAFIOS NO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Sophia Goebel Porto[1]

RESUMO

O atual debate sobre acessibilidade implica compreender a estrutura física do lugar visitado e perspectivas de acolhimento e hospitalidade ofertadas por quem recebe. Medidas de adaptações para possibilitar o acesso às pessoas com deficiência vêm se expandindo em lugares que oferecem práticas de lazer e turismo. Embora seja um direito de todos, muitas pessoas com deficiência são impedidas de usufruir de atividades de lazer e de turismo devido à falta de adaptação dos lugares. Este artigo tem como objetivo discutir a acessibilidade em espaços públicos na cidade de Juiz de Fora, com foco no Jardim Botânico da UFJF. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para informação e compreensão do tema, e em pesquisa qualitativa, por meio de entrevista ao interlocutor do Jardim Botânico e visita da autora ao local. A pesquisa permitiu identificar os principais obstáculos de acesso para pessoas usuárias de cadeira de rodas, de acolhimento e de inclusão, levando-se em consideração a experiência vivida pela autora no local.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Turismo. Jardim Botânico.

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1940, o debate sobre acessibilidade surge como uma forma de promover condições de acesso às pessoas com deficiência, diante da necessidade relevante de reabilitação de pessoas com deficiência no contexto pós II Guerra Mundial (FEITOSA; RIGHI, 2016; SASSAKI, 2009). Porém, foi na década de 1960 que políticas socioeconômicas escandinavas incentivaram políticas sociais de acessibilidade, propondo o slogan “uma sociedade para todos” (European Institute for Design and Disability [EIDD], 2004).

O Censo Demográfico de 2010 apontou que 45.606.048 de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, o que correspondia a 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010). Percentual esse significativo e que merece atenção do Estado a fim de tornar excludente qualquer discriminação a essa parcela da população. Esses números demonstram a importância de uma sociedade organizada e preparada para proporcionar o acesso às necessidades básicas e a atenção à todas as pessoas sem distinção.

Neste sentido, é importante mencionar que, as leis federais 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, foram regulamentadas pelo Decreto Federal 5.296/2004, que, institui a observação, planejamento e urbanização dos parques, segundo as devidas exigências: rebaixamento das calçadas com rampas acessíveis e instalação de piso tátil direcional e de alerta para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Essa medida refletiu no âmbito das políticas públicas setoriais, como foi o caso da pasta turismo. O Ministério do Turismo (2012) reconheceu que esta regulamentação legal foi um movimento importante, e tem procurado garantir a acessibilidade a todos os cidadãos, sem discriminação de acessos de qualquer natureza.

De acordo com o último censo, o IBGE (2010) retrata que existem aproximadamente 40 mil pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em Juiz de Fora (MG). A cidade legisla sob o Decreto 11.342/2012 que possui toda normatização a fim de tornar a cidade acessível. Esse decreto regulamentou a lei 10.410/2003, que dispõe as normas gerais e os critérios básicos para que a cidade de Juiz de Fora promova acessibilidade a essas pessoas.

Uma iniciativa importante na cidade acontece na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que criou o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), que possui o objetivo de implantar políticas de ações de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos cursos de graduação e pós-graduação, incluindo técnicos administrativos e docentes deficientes.

Apesar disso, muitas dificuldades são encontradas por pessoas com deficiências (PcD) nas atividades da vida diária na cidade de Juiz de Fora e na própria UFJF.

---

[1] Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: sosophiagoebel@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Profa. Dra. Edilaine Albertino de Moraes.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a acessibilidade de espaços de visitação pública na cidade de Juiz de Fora, com foco no Jardim Botânico da UFJF. Como objetivos específicos, busca-se identificar as políticas públicas de acessibilidade, seus desafios e a posição do gestor em relação ao tema, e também apresentar os relatos, as observações e entendimentos, que foram realizados pela própria autora deste trabalho.

O Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora está localizado no bairro Santa Terezinha. O Jardim Botânico possui uma grande parte florestal preservada da Mata do Krambeck, um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica em área urbana do Brasil. Este local foi escolhido por ser um espaço público importante de conservação da diversidade biológica no munícipio com elevada potencialidade para atrair visitantes e turistas; e, principalmente, porque foi nesse espaço que a autora, usuária de cadeira de rodas, vivenciou grande parte das barreiras e limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso aos atrativos turísticos da cidade.

Para tanto, conhecer um pouco sobre as pessoas usuárias de cadeira de rodas, sua história, limitações e acessibilidade, é essencial para fundamentar todo o trabalho. (SANTOS, 2018). Assim, será feita, a seguir, uma descrição da implicação da autora na pesquisa, em primeira pessoa do singular, para que o leitor possa associar as observações descritas com as necessidades da própria autora.

Nascida em julho de 2000, na cidade de Juiz de Fora/MG, tive complicações no período gestacional e parto. Por isso, fui diagnosticada com paralisia cerebral, tendo a capacidade motora afetada com a limitação de movimentos e de deambular sozinha, o que demandou o uso de cadeira de rodas. Embora a paralisia cerebral tenha limitado a minha locomoção e os movimentos de alguns membros do meu corpo, tive sempre o apoio de meus familiares para superar as barreiras emocionais, psicológicas, preconceituosas e, em especial, as barreiras físicas impostas por ambientes construídos com obstáculos difíceis, mas não impossíveis de serem superados por uma pessoa com limitação física.

Cresci em um lar em que a discussão sobre direitos e garantias individuais sempre foi tema de debates acalorados. Descobrimos que o direito à igualdade, previsto na Constituição Federal de 1988, bem como em orientações emanadas de organismos internacionais e recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, não significa a obrigatoriedade de um tratamento igual a todos, mas sim, um tratamento desigual aos desiguais nas medidas de suas desigualdades.

Desde o ensino fundamental, ensino médio e, hoje, cursando o último período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, sempre me deparei com obstáculos físicos que me dificultavam a locomoção. Porém, as limitações de acesso a lugares turísticos em que estive para conhecer com meus familiares e amigos, me despertou o interesse em aprofundar no tema sobre os direitos que as pessoas com deficiência também têm para acesso aos pontos turísticos, haja vista que por diversas vezes fiquei "esperando no carro" todos conhecerem os locais turísticos sem que eu pudesse compartilhar a mesma satisfação.

Por estes motivos pessoais e também acadêmicos, sendo que cursei várias disciplinas do Curso de Turismo, despertei o interesse em fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC sobre esse tema, uma vez que me incluo no grupo de pessoas com deficiência, vivo e convivo com as barreiras físicas de acessibilidades dos lugares turísticos, mesmo pertencendo a uma família que de todas as formas busca superar as dificuldades que aparecem nos acessos aos espaços por pessoas com deficiência.

No entanto, consciente que nem todas as pessoas com deficiência física têm em suas famílias pessoas dispostas a superar as barreiras como a minha família, o desenvolvimento do presente trabalho está voltado a despertar nos leitores a conscientização sobre a necessidade de políticas públicas precípuas à acessibilidade em lugares turísticos. Dessa forma, desejo que todas as pessoas, como eu, possam desfrutar plenamente de atrativos turísticos com acessibilidade, capazes de diminuir a desigualdade entre as pessoas com deficiência e as pessoas que não tem deficiência.

2. BREVE DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE ACESSIBILIDADE PAR PENSAR O TURISMO

O termo acessibilidade pode ter distintas definições, a partir da área de conhecimento de quem o utiliza. A palavra origina-se do latim *accessibilitas*, que significa "livre acesso, possibilidade de aproximação" (HOUAISS; VILLAR, 2001). Uma definição mais genérica sobre acessibilidade, oportuna ao contexto do turismo, é apresentada por Cohen, Duarte e Brasileiro (2012). Conforme as autoras, a noção de acessibilidade nivela as oportunidades de todas as pessoas, inclusive sua participação em programas culturais, e deve ser compreendida, para adiante de um conjunto de medidas técnicas específicas destinadas às pessoas com

deficiência, como um agrupamento de medidas sociais que garantam o acolhimento de todas as pessoas com ou sem deficiência.

Contudo, uma definição mais específica, está descrita na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015). Sob o aspecto legal, acessibilidade é entendida como:

> possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Artigo 3, Lei nº 13.146, 2015).

Com relação à inclusão social, para Sassaki (2009), a noção de acessibilidade possui seis dimensões – arquitetônica, comunicacional, programática, metodológica, instrumental e atitudinal – que devem ser aplicadas aos contextos de lazer, trabalho e educação. Uma breve descrição das dimensões: 1. Dimensão Arquitetônica: ausência de barreiras físicas; acesso fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos, etc.; 2. Dimensão Comunicacional: ausência de barreiras na comunicação entre pessoas; adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer; 3. Dimensão Metodológica: ausência de barreiras nos métodos e técnicas de lazer; substituição da forma tradicional (que não leva em consideração as necessidades específicas de certas pessoas), a fim de que os gestores de serviços de lazer estabeleçam novas propostas e acordos com os seus usuários que têm deficiência; 4. Dimensão Instrumental: ausência de barreiras em termos de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.; adequação de aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer; 5. Dimensão Programática: ausência de barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.; eliminação das barreiras invisíveis nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras estas que se apresentam implicitamente, mas que, na prática, impedem ou dificultam a utilização dos serviços de lazer para certas pessoas; e 6. Dimensão Atitudinal: ausência de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação às pessoas com deficiência; educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito dessas pessoas e que, por isso, deixam de abrir oportunidades de lazer para este segmento populacional (SASSAKI, 2009).

Discutir sobre o turismo acessível é fundamental no sentido de propor que o desenho de políticas públicas de inclusão para que o poder público e a iniciativa privada busquem maneiras de adaptar as localidades conforme as normas de acessibilidade. Entende-se por políticas públicas um sistema de definições públicas que visa a ações, preventivas ou corretivas, designadas a manter ou alterar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA; FERRAREZI, 2006). Além disso, a capacitação dos indivíduos é essencial para trabalhar no setor turístico e entender as necessidades específicas dos clientes. O turismo para ser acessível deve atingir a todos os indivíduos.

A inclusão social das pessoas com deficiência é elemento primordial no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser assegurados, além dos direitos constitucionais, mais qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo, elementos dos direitos humanos e da cidadania (DUARTE *et al*, 2015).

Segundo Mesquita e Duarte (2017), entende-se que são fatores condicionantes para que a atividade turística se desenvolva de forma adequada: boa estrutura, bons sistemas de comunicações, políticas de saúde e educação.

Não podemos deixar de referir à Declaração da Cidade do Cabo de 2002 quando menciona o turismo responsável, pois o documento reconhece que a responsabilidade no turismo é de todos nós (Cape Town Declaration on Responsible Tourism, 2002). Compreende-se que no turismo responsável as ações devem envolver a todos.

Segundo Beni (2012), a adaptação engloba também a reciclagem dos recursos naturais, culturais e sociais. Estas questões de responsabilidade correspondem a uma sociedade organizada como um todo, as quais devem participar e se comprometer com os resultados dos projetos turísticos (Ministério do turismo, 2012).

É uma realidade o crescimento do turismo e as pessoas usufruem cada vez mais dos produtos e serviços associados, mas é necessário que as sociedades se organizem e proporcionem o acesso às

necessidades básicas e os desejos de todas as pessoas sem distinção. Elaborar e administrar sustentavelmente o uso do solo permitirá o crescimento da cidade de forma organizada, garantirá reservas protegidas de espaços ecológicos, evitará a extinção de espécies da fauna e da flora e desenvolverão unidades de conservação, como é o caso dos Parques, segundo Mesquita e Duarte (2017).

Para Bruhns (1999), os equipamentos de lazer e turismo estão integrados nos ambientes que possibilita as relações entre as pessoas, tendo a função de aproximá-las, acrescentando valores e retratando uma busca pela felicidade, para que se conquiste o significado dos equipamentos.

Ao relacionar a questão dos parques com o tema do trabalho, verifica-se que ainda existem muitos lugares não adaptados no Brasil, tornando mais difícil a locomoção de milhões de pessoas, segundo o Guia de Rodas 2015[2].

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa foi baseada na metodologia qualitativa descritiva. Essa abordagem metodológica não pode ser retratada através de números, o enfoque de análise é na descrição de tudo que se observou na realidade social estudada, interpretando os procedimentos a partir da realidade vivida e dividida com seus semelhantes.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas, e se ocupa, nas Ciências Sociais e Humanas, com um nível de realidade que não deve ser qualificado. Isto é, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das expectativas, dos valores e das atitudes, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009).

A pesquisa qualitativa possui um ciclo que começa com a fase exploratória, que é o tempo dedicado a definir o objeto, desenvolver com métodos, hipóteses ou pressupostos, descrever instrumentos para o trabalho, realizar um cronograma de ações, procedimentos, e projeto de pesquisa para escolha do espaço. Em seguida vem o trabalho de campo, que é a prática do que foi elaborado, combinada com instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de pesquisa. E a terceira etapa seria ordenar, classificar, compreender e interpretar os dados que foram colhidos. O ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimentos que geram novas indagações, mas essa ideia de ciclo não se solidifica em etapas, mas em planos que irão se complementar. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009)

Para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), a análise qualitativa não é uma simples classificação de opinião dos informantes, é a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas e observações.

Nesse sentido, durante a primeira fase exploratória da pesquisa foi escolhido como objeto de estudo o Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora, local muito visitado na cidade de Juiz de Fora, por oferecer a seus visitantes um contato direto com a natureza preservada. A finalidade foi avaliar a acessibilidade a pessoas com deficiência nas dependências do local, se ele está pronto para acolher todas as pessoas ou se o lugar se encontra deficiente diante das diferenças. Na segunda etapa, foi realizada uma visita para ponderar a acessibilidade disponível, e uma entrevista com o gestor do Jardim Botânico, por meio de Webconferência, para entender como ele avalia as condições em face desta abordagem e a necessidade de adaptações para incluir todas as pessoas em suas dependências. A visita ao Jardim Botânico da UFJF ocorreu em março de 2022, e em junho de 2022 foi realizada a entrevista. O entrevistado é diretor do Jardim Botânico da UFJF, Bacharel em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Botânica, e atua também como professor adjunto da mesma instituição. E na terceira etapa, depois de todas as informações coletadas, ordenadas e classificadas, foi desenvolvida uma reflexão conclusiva sobre o tema pesquisado, com base na experiência vivida da autora e nos fundamentos teóricos.

4. POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A ACESSIBILIDADE NO JARDIM BOTÂNICO DA UFJF

A presente pesquisa revelou os aspectos gerais de acessibilidade, compreendendo a estrutura física e perspectivas de acolhimento e hospitalidade do Jardim Botânico da UFJF. Da mesma forma, a experiência vivida durante a visita da autora, enquanto cadeirante no local, avaliou, na prática, as possibilidades e dificuldades de acessibilidade e receptividade do espaço público. A Figura 1 apresenta a autora no deck do lago superior.

[2] Aplicativo gratuito para consulta e avaliação simplificada da acessibilidade dos mais diversos estabelecimentos. Disponível em: www.guiaderodas.com.

Figura 1: Deck do lago superior. Fonte: PORTO, Sophia (2022).

Retrospectivamente, é importante considerar que o Jardim Botânico foi inaugurado em abril de 2019. Sendo um espaço público, foi destinado à visitação de pessoas interessadas, guardadas as devidas dificuldades, contemplando, principalmente, dois perfis de usuários: comunidade escolar, cujas visitas ocorrem por agendamento prévio, pelo qual já foram recebidas mais de 300 escolas do município; e o chamado público "espontâneo", caracterizado por pessoas que visitam o local por sua própria vontade, atingindo quase 60 mil pessoas registradas.

A entrada do Jardim Botânico é plana, e possui uma passarela de madeira de fácil acesso. Entretanto, para transitar da passarela para a estrada que leva aos atrativos turísticos, é preciso passar por um degrau, sendo necessária a ajuda de um atendente pessoal para o acesso de cadeirantes ao local.

Figura 2: Entrada do Jardim Botânico. Fonte: PORTO, Sophia (2022).

Figura 3: Degrau da entrada do Jardim Botânico. Fonte: PORTO, Sophia (2022).

Pela perspectiva institucional, existem três aspectos fundamentais a serem considerados no processo de visitação no Jardim Botânico: a) educação ambiental; b) segurança pública; e c) acessibilidade.

Segundo o interlocutor entrevistado, a educação ambiental é abordada de forma estratégica. Em suas palavras, declara: "A gente não quer que o jardim botânico seja apenas um espaço de lazer e contemplação. A gente trabalha numa dimensão de que as visitas devem permear processos de educação ambiental" (Informante, 2022).

A segurança pública no local é prioritária por se tratar de uma área florestal, que possui animais peçonhentos e diversas outras coisas que podem promover sérios riscos aos visitantes.

A acessibilidade é um elemento fundamental dentre os objetivos de organização da visitação, embora tenha sido reconhecida e instituída apenas no novo regimento interno do Jardim Botânico, atualizado no início de 2022. Na primeira versão do regimento, aprovado em 2012, a acessibilidade não havia sido prevista dentre as suas competências. Cabe ressaltar que o Decreto 11.342/2012, que normatiza a cidade de Juiz de Fora para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em vigor desde 21 de setembro de 2012, já previa a necessidade de espaços e instalações acessíveis em locais públicos. Em complemento, o representante entrevistado relatou diversos problemas para a implementação da acessibilidade na área natural do Jardim Botânico.

A área comprada pela Universidade Federal de Juiz de Fora era uma fazenda de 82 hectares. A entrada principal e todas as estradas que vão até o lago superior ainda estão mantidas com a antiga estrutura. Dessa forma, a acessibilidade fica muito prejudicada. O espaço também possui muitas árvores, e, em períodos de chuva, ocorrem muitos transtornos e alagamentos.

Foi verificado pela autora que os caminhos do Jardim Botânico são possíveis de transitar, mas algumas barreiras foram encontradas no trajeto: certas trilhas e o acesso principal são de terra, naturais, onde foram observados buracos e irregularidades que dificultaram a circulação da cadeira de rodas (Figura 4); o trajeto ao redor do lago superior possui uma trilha de pedras, conforme apresenta a imagem abaixo (Figura 5), na qual possuía buracos e mato crescente, tornando o percurso com cadeira de rodas dificultoso e desconfortável.

Figura 4: Caminho de entrada ao Jardim Botânico. Fonte: PORTO, Sophia (2022).

Figura 5: Trajeto ao redor do lago superior. Fonte: PORTO, Sophia (2022).

Durante a entrevista com o gestor, verificou-se que, para cadeirantes e pessoas da "melhor idade", o acesso de carro até o lago superior é liberado, sendo esse o percurso de maior dificuldade de acesso. Neste aspecto, observa-se um agravante para o acesso das pessoas que não visitam o local portando-se de veículo próprio, fato constatado ao longo da visita realizada pela autora. Além disso, o carrinho elétrico que transporta cadeirantes e pessoas da "melhor idade" entre a portaria e o lago superior, não estava funcionando quando da visita.

Segundo o entrevistado, a realização de uma nova proposta de construção, reforma ou melhoria estrutural exige escrever um projeto executivo e passar por licitação, tratando-se de um processo extremamente burocrático e complicado. Por exemplo: "Eu *tô* há quatro anos tentando construir um viveiro de mudas na nossa universidade, lá no jardim botânico, e só agora nós começamos a construir o projeto executivo que um dia vai virar um viveiro de mudas" (Informante, 2022). Outro exemplo foi o carrinho elétrico supracitado. Uma peça do carregador elétrico do carrinho quebrou. O conserto seria simples com custo de apenas R$900,00. Entretanto, há dois anos, por questões burocráticas, ainda não foi factível resolver o problema. Portanto, foi possível

perceber que o maior obstáculo para superar os problemas existentes para viabilizar uma infraestrutura adequada de acessibilidade é a burocracia administrativa, independente das questões financeiras.

Nesse sentido, o Jardim Botânico demanda muitos serviços da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra). Porém, como a Proinfra é responsável por todas as questões de infraestrutura da UFJF (campus de Juiz de Fora e Governador Valadares), fica difícil de receber atendimento de imediato.

Sendo assim, para melhorar a acessibilidade no Jardim Botânico será necessário fazer um grande projeto, com o objetivo de sanar todos os problemas da acessibilidade, e não apenas os problemas pontuais. Foi relatado que foram destinadas verbas, oriundas de uma Emenda Parlamentar em 2021, para melhorias da acessibilidade em três pontos: a construção de uma áudio-descrição da paisagem e do Jardim Botânico para pessoas que possuem deficiência visual; a pavimentação de alguns caminhos que circundam a área para facilitar o acesso de cadeirantes; e a compra de cadeiras de rodas adaptadas e melhor desenhadas para uma área natural, para pessoas da "melhor idade" e cadeirantes. Conforme descreve o entrevistado: "A gente conseguiu comprar quatro ou cinco cadeiras de rodas, elas já estão no Jardim Botânico" (Informante, 2022). Porém, a pavimentação e a áudio-descrição ainda não foram realizadas em decorrência de questões burocráticas.

Quanto à existência de itens facilitadores da acessibilidade, observou-se que nenhuma das edificações possui rampa específica de acessibilidade. No entanto, os acessos às edificações não ocorrem por escadas, portanto, é necessário verificar a legislação brasileira para confirmar a necessidade de rampa de acessibilidade. Importante ressaltar que as edificações, muito embora não possuam escadas para acesso, possuem pequenos degraus, e torna-se indispensável um acompanhante para o acesso dos usuários de cadeira de rodas. No que se referem aos sanitários, constatou-se que todas as edificações construídas foram totalmente adequadas para acessibilidade internamente, com no mínimo dois sanitários completamente adaptados.

No decorrer da pesquisa, observou-se que não existe um programa específico para a visitação de cadeirantes no local, sendo reconhecido como uma medida urgente a ser feita. O entrevistado mencionou um plano de construção de uma trilha para cadeirante: "lá no jardim botânico a gente tem uma área que passa por dentro do fragmento florestal, muito bonita e extremamente plana, e eu queria desenvolver ali uma trilha com acesso para cadeirantes" (Informante, 2022). Porém, para que isso seja feito, depende da criação de um projeto executivo e do processo licitatório. Conforme descreve Lima (2018), a falta de acessibilidade pode prejudicar a vida das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, quando a prática se difere no compromisso da inclusão da pessoa com deficiência. Neste contexto, para que os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa com deficiência sejam cumpridos, medidas paliativas para atendimento desse público são indispensáveis.

Outro aspecto explorado na pesquisa foi verificar se a falta de acessibilidade poderia ser suprida de alguma outra forma, e percebeu-se uma grande preocupação do entrevistado com a acessibilidade, entretanto, essa preocupação não reflete em ações concretas que permitam com que as pessoas que dependem da acessibilidade se sintam acolhidas no Jardim Botânico. Em uma perspectiva futura, o entrevistado coloca em evidência uma possibilidade para tal: "eu acho que a gente poderia fazer alguma coisa mais humanizada, independente de ter um cenário perfeito de plena acessibilidade" (Informante, 2022).

No que se refere à receptividade no decorrer da visita, constatou-se: não foram oferecidas ferramentas ou funcionários dispostos a auxiliar nos obstáculos encontrados no local, como os degraus e caminhos de difícil acesso; também não houve sensibilidade para identificar maneiras de superar as dificuldades encontradas.

Durante a visita foram percebidas pela autora as diversas falhas estruturais e arquitetônicas, necessárias para a sua inclusão ao espaço. Adicionalmente, não foram identificadas ações de acolhimento que poderiam suprir essas necessidades de forma mais simples e em um espaço de tempo menor, derrubando quaisquer barreiras, sejam elas estruturais, burocráticas, financeiras, ou de qualquer outra natureza.

Pela presente pesquisa, compreendeu-se também que a falta de acessibilidade pode representar uma forma de preconceito, discriminação ou exclusão social. Os resultados alcançados sugerem que trabalhar, da mesma forma, o acolhimento afetivo do público cadeirante é uma maneira do Jardim Botânico agir em prol da acessibilidade. O seu gestor se preocupa com as questões para fortalecimento da acessibilidade, e demonstra estar aberto a críticas e contribuições, o que parece ser interessante para ser abordado no âmbito de fóruns de discussão para sensibilização do público em geral sobre o tema, angariando apoios para ultrapassar os desafios com esse objetivo.

Cumpre observar que, segundo as dimensões de acessibilidade específicas ao lazer de Sassaki (2009) anteriormente mencionadas e detalhadas, foram constatadas falhas em todas as dimensões: 1. Dimensão Arquitetônica: barreiras físicas e difícil acesso nas vias e trilhas; 2. Dimensão Comunicacional: ausência de

mecanismos de contemplação do local para pessoas com deficiência visual; 3. Dimensão Metodológica: ausência de programas específicos para lazer de pessoas cadeirantes, levando em consideração as necessidades específicas desse público; 4. Dimensão Instrumental: ausência de ferramentas ou equipamentos necessários para possibilitar o acesso de cadeirantes em vias com pouca ou nenhuma acessibilidade; 5. Dimensão Programática: apenas no novo regimento interno do Jardim Botânico, atualizado em 2022, a acessibilidade foi incluída dentre as suas competências; e 6. Dimensão Atitudinal: ausência do olhar humanizado sobre as pessoas com deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PcDs são primeiramente cidadãos e podem ser mais ou menos independentes e autônomas, mas isso depende de alguns fatores como os sociais, físicos, econômicos, emocionais e de saúde. A prática do lazer e do turismo faz parte das necessidades básicas de todo cidadão e devem fazer parte das atividades da vida diária. Nesse sentido, buscou-se reafirmar que a acessibilidade é uma ferramenta muito importante para facilitar as atividades da vida diária das pessoas usuárias de cadeira de rodas, para que realize as suas funções, mesmo que de forma diferente, e seja incluído na sociedade e no meio que os cerca.

O propósito principal dessa pesquisa foi verificar se o Jardim Botânico da UFJF tem conseguido atender as necessidades por inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência. Com tal intuito, identificou-se a interpretação do diretor do Jardim Botânico acerca do assunto, e quais são as medidas tomadas para melhoria das carências do local. Com base nos resultados encontrados, ficou evidenciada a compreensão da direção em relação às insuficiências do Jardim Botânico e a importância de se adaptarem às necessidades das PcDs. Além disso, foi possível compreender as barreiras e dificuldades impostas ao espaço, relativamente ao ambiente de natureza em que o Jardim Botânico está inserido, e a burocracia exigida por pertencer á uma instituição federal.

Com relação à percepção que a autora, usuária de cadeira de rodas, observou-se ao longo da pesquisa, imperfeições não apenas da acessibilidade estrutural do Jardim Botânico, como também, ausência de aspectos de acolhimento e receptividade direcionada às PcDs.

O Jardim Botânico é um importante ponto para atividades turísticas por haver espaços de práticas de lazer e educação ambiental. Nesse contexto, entende-se que a acessibilidade se torna imprescindível. Tornar o Parque um destino de turismo responsável e acessível é uma preocupação da gestão, por meio de adaptações que foram planejadas e estão sendo realizadas. Mas é preciso que haja a continuidade dessas melhorias, para que as pessoas com deficiência possam usufruir dos espaços que têm direito, de forma que suas limitações não sejam impedimento para o lazer e deleite do local.

Entretanto, tão importante quanto os reparos estruturais observados, são as melhorias necessárias na receptividade dos PcDs. Entende-se por acolher a recepção de forma adequada e particular a cada uma das necessidades do visitante; dar ouvidos e atenção; e o atendimento com empatia. O acolhimento expressa uma ação de aproximação e uma atitude de inclusão. Assim, diante da constatação deficitária de ações de acolhimento às pessoas com deficiências no Jardim Botânico, fica clara a necessidade de aprimoramento do atendimento de forma mais humanizada: o olho no olho, sorriso, cordialidade e preocupação em atender o indivíduo como um ser integral; e a criação de atividades ou programações específicas para as pessoas com deficiência.

Com esse trabalho pretende-se estimular o debate e estudos sobre alternativas viáveis para a acessibilidade a espaços públicos e naturais, como o Jardim Botânico da UFJF, passíveis de concretização, levando-se em consideração as limitações e barreiras existentes para as pessoas usuárias de cadeira de rodas. Não obstante, propõe-se a análise sobre a perspectiva humanizada da acessibilidade, de maneira a incentivar o respeito e conscientização da inclusão do cidadão deficiente.

Nesse sentido, fica a reflexão: de que forma as pessoas com deficiência podem se sentir incluídas e envolvidas em um ambiente cuja acessibilidade é precária?

> *"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo..."* (FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança, 1992).

REFERÊNCIAS

BENI, Mario Carlos. **Turismo - Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. São Paulo: Manole, 2012. 594 p.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI. 2015.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas: Conexões, 1999. 135 p.

CAPE TOWN DECLARATION ON RESPONSIBLE TOURISM. 2002. Disponível em: https://responsibletourismpartnership.org/cape-town-declaration-on-responsible-tourism. Acesso em: 22 jul. 2022.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2012. 204 p.

DUARTE, Donária Coelho *et al*. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 537-553, 8 dez. 2015. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo.

EUROPEAN INSTITUTE FOR DESIGN AND DISABILITY. **The EIDD Stockholm Declaration 2004**. 2004. Disponível em: https://dfaeurope.eu/what-is-dfa/dfa-documents/the-eidd-stockholm-declaration-2004/. Acesso em: 29 jul. 2022.

FEITOSA, Lucas de Souza Ramalhaes; RIGHI, Roberto. Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 28, p. 4-28, 26 dez. 2016. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista.

GUIA DE RODAS. 2015. Disponível em: https://guiaderodas.com/. Acesso em: 29 jul.2022.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010:** resultados preliminares da amostra. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html. Acesso em: 22 jul. 2022.

JUIZ DE FORA. Decreto nº 11.342, de 21 de setembro de 2012. Regulamenta a Lei nº 10.410, de 20 de março de 2003, que dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no Município de Juiz de Fora/MG. 2012.

JUIZ DE FORA. Lei nº 10.410, de 20 de março de 2003. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no Município de Juiz de Fora/MG. 2003.

LIMA, Ériko Eduardo. **Acessibilidade da pessoa com deficiência como instrumento de proteção aos direitos fundamentais.** 2018. 46 f. Monografia - Curso de Direito, Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, 2018.

MESQUITA, Elielba; DUARTE, Donária. **Turismo Acessível em Parques:** um estudo exploratório no Parque da Cidade Sarah Kubitschek - Brasília. Revista Turismo & Desenvolvimento, Brasília, v. 28, n. 27, p. 363-374, dez. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira de Souza; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. 108 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Acessível.** 2012. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/turismo-acessivel. Acesso em: 27 jul. 2022.

SANTOS, Kátia Virginia Espindola Rodrigues dos. **Desafios para a acessibilidade física:** um estudo no centro histórico de são luís para pessoas usuárias de cadeira de rodas. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Profissional em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas.** 2006. 2 v. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública, Escola Nacional de Administração Pública - Enap, Brasília, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, p. 10-16, mar. 2009.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

Identificação do entrevistado:
Nome:
Sexo: ( ) F ( ) M
Faixa Etária: A- 21 á 30; B- 31 á 40; C- 41 á 50; D- 51 á 60; E- + de 60
Grau de escolaridade: A- Analfabeto; B- Alfabetizado; C- 1° Grau completo; D-1° grau incompleto; E- 2° Grau completo; F- 2° Grau incompleto; G- 3° Grau completo; H- 3° Grau incompleto; I – Pós-Graduação.
Ocupação/Profissão:

O senhor (a) concorda de livre e espontânea vontade em participar como voluntário (a) do meu estudo? O senhor (a) concorda que essa entrevista seja gravada?

Perguntas para entrevista ao responsável pelo Jardim Botânico:
1) Qual foi o público que a coordenação pensou em atender quando o Jardim Botânico foi criado? (Por que não pensaram e incluíram os cadeirantes?).
2) Como a coordenação interpreta/entende a acessibilidade para o Jardim Botânico?
3) Quais são as acessibilidades que o Jardim Botânico pode oferecer ao público com necessidades específicas?
4) Mencione quais são os itens existentes no Jardim Botânico:
( ) rampas de acessibilidade
( ) portas largas
( ) estacionamento
( ) corrimão
( ) bebedouro acessível
( ) acesso a todos os pontos turísticos do Jardim
( ) placas indicativas
( ) sanitários adaptados com:
    ( ) acionamento de descarga acessível
    ( ) lavatório na altura
    ( ) barras de apoio
    ( ) espelho acessível
    ( ) espaço suficiente para a cadeira de rodas
5) Quais são as limitações do Jardim Botânico para atender o público cadeirante?
6) Existe alguma atividade/programação específica para esse público?
7) Em sua opinião, quais são as melhorias que precisam ser feitas para esse atendimento?
8) Existe alguma norma/regulamentação definida pela instituição para a acessibilidade no Jardim Botânico?
9) Em sua opinião, a falta de acessibilidade poderia ser suprida de alguma outra forma?
10) Entendemos que a falta de acessibilidade pode representar uma forma de preconceito/discriminação/exclusão dos cadeirantes. O que tem sido feito para trabalhar o acolhimento afetivo desse público no Jardim Botânico?

Sua participação neste estudo foi muito importante. Caso tenha interesse, poderá conhecer os resultados, ao final desta pesquisa. Obrigada!